

O PROCESSO EDUCATIVO DOS BRASILEIROS NO JAPÃO¹

Lili K. Kawamura*

Resumo A migração internacional de trabalhadores, expressão do processo de globalização, coloca em situação de “convivência forçada” grupos com “background” cultural e experiência social diferentes, com conseqüências das mais variadas, levando à integração, à marginalização e ao conflito social. A partir de uma concepção ampla de educação, o texto procura analisar a experiência dos trabalhadores brasileiros no Japão quanto à aquisição de conhecimentos em diferentes campos da vida social: no trabalho, na vida cotidiana, nos aparatos culturais e na escola. Finalmente analisa a educação dos filhos dos trabalhadores brasileiros em escolas japonesas, apontando as especificidades desse processo educativo.

Palavras-chave: Trabalho e educação; educação e migração internacional de trabalhadores; educação no Japão; trabalhadores estrangeiros no Japão.

Abstract The international migration of workers, as indication of the globalization processes, puts into situation of “forced acquaintanceship”, groups with different cultural background and social experience, with the most varied consequences, leading to integration, marginalization, and social conflict. From a broad conception of education, this paper tries to analyze the experience of Brazilian workers in Japan with respect to knowledge acquisition in different areas of social life: in work, daily life, cultural apparatus, and school. Finally it analyzes the education of children of Brazilian workers in Japanese schools, mentioning the specificity of this educative process.

Descriptors: Work and education; education and international worker migration; education in Japan; foreign workers in Japan.

Introdução

Neste estudo estamos entendendo a educação com seu sentido mais amplo, isto é, a aquisição, pelos indivíduos, de conhecimentos, comportamentos e valores, através da vivência deles nas diferentes instâncias das relações sociais e culturais. É claro que se coloca aqui a possibilidade não só da aquisição de conhecimentos, mas do reforço ou mudanças dos conhecimentos anteriormente adquiridos. As experiências no trabalho, na moradia, no lazer, na escola, dentre outras, podem abrir um leque de possibilidades educativas, conforme as condições em que se realizam. Nesse sentido, o processo educativo estende-se para além do sistema escolar. Não queremos, no entanto, identificar o processo educativo com toda e qualquer socialização dos indivíduos, a qual pode ocorrer sem se constituir em aquisição

de conhecimentos, comportamentos e valores, tais como, alguns gestos repetitivos e rotineiros, ter um contato esporádico com algum evento ou algo semelhante, que logo serão esquecidos. A educação pressupõe assim uma experiência sistematizada.

Historicamente, as modernas sociedades complexas procuravam organizar e normatizar, numa perspectiva dominante da sociedade, as áreas da atividade humana ainda não estruturadas num processo de institucionalização para o controle social (Foucault, 1984). Tal tendência relacionava-se com a busca da hegemonia social, cultural e política das classes dominantes, o que não significava a ausência dos aspectos culturais contrários ao projeto hegemônico, nem a impossibilidade de sistematização e normatização

* Professora da Faculdade de Educação da UNICAMP

destes, também em busca de uma posição hegemônica (Gramsci). Essa perspectiva pressupõe o desenvolvimento de uma sociedade nacional, com limites territoriais, populacionais e culturais bem definidos. Exige ainda a criação de instituições e sistematização de métodos educativos afins.

Com a atual tendência mundial no sentido da globalização (Featherstone, 1990; Ianni, 1993); que se expressa também no movimento migratório internacional de trabalhadores, colocando culturas diferentes em confronto, as modernas sociedades se defrontam com um grande desafio na questão da hegemonia social, cultural e até política. Os processos migratórios colocam em situação de "convivência forçada" grupos com *background* cultural e experiência social bastante diferentes, com consequências das mais variadas, desde a integração à marginalização e ao conflito social local até às novas concepções de fronteiras nacionais.

O acentuado desenvolvimento de países como os Estados Unidos, Alemanha, França e Japão, que se fez acompanhar da diminuição do contingente populacional, principalmente a parcela jovem; o aumento da idade média da população; a carência de mão-de-obra não qualificada, dentre outros fatores, promoveu uma corrente migratória de trabalhadores de países ainda não desenvolvidos para os países avançados. Cerca de oito milhões de estrangeiros enfrentam e fixaram residências nos Estados Unidos, de 1981 a 1990, apontando uma tendência a crescer. A presença de grupos minoritários (hispânicos, asiáticos, etc.) vem alterando a composição da população norte-americana e mostrando possibilidades de influir no Congresso através dos votos². Para a Europa Ocidental emigram continuamente refugiados de países socialistas e do norte da África. Particularmente na Alemanha destaca-se a presença de turcos, iugoslavos e gregos

acompanhada de conflitos de várias ordens (Shinkai, 1995; Baker, Esmer, Lenhardt e Meyer, 1985). Para o Japão, emigram trabalhadores da própria Ásia, do Oriente Médio e da América Latina, no último caso, principalmente do Brasil.

No caso do Japão, apesar da presença diversificada de trabalhadores estrangeiros provenientes da região asiática, nos anos 90, entraram no mercado de trabalho, de forma destacada, trabalhadores latino-americanos, em sua maioria brasileiros.

A maioria dos brasileiros que estão no Japão, são descendentes de japoneses, de primeira e segunda gerações (*nissei* e *sansei*) favorecidos com a alteração na legislação japonesa, em junho de 1990, que permitiu apenas a entrada de descendentes até *sansei* para trabalhar no país³. Embora em menor proporção, também encontram-se trabalhando no Japão descendentes de japoneses do Peru, Bolívia e Argentina, com especificidades próprias dos países de origem, cuja presença coloca experiências e problemas diferenciados.

A busca seletiva de trabalhadores estrangeiros, cujo critério básico é a ascendência japonesa em grau próximo, expressa uma tímida abertura do mercado de trabalho ao Exterior. Essa restrição está associada às experiências negativas com trabalhadores provenientes do próprio Oriente, muitos deles em situação ilegal no país, de um lado e, de outro, pela valorização da similaridade étnico-cultural dos *nikkey* com o povo japonês. Ademais esta necessidade de mão-de-obra não está generalizada, mas limitada a pequenas e médias empresas industriais e de serviços, muitas delas subcontratadas pelas grandes. Estas últimas podem ainda contar com o trabalho qualificado dos japoneses.

A área de trabalho disponível não requeria nenhuma qualificação prévia do trabalhador, senão sua energia física e a

capacidade de adaptação; daí a preferência recair sobre os jovens (de 18 a 40 anos) *nikkey* (Kawamura, 1994).

Em busca de trabalhadores *nikkey* pelo Japão, em vista da falta de mão-de-obra nesse país, predominantemente para o trabalho desqualificado - fato acentuado pela baixa natalidade e pela reduzida participação do trabalho feminino, além do rechaço dos jovens japoneses por esse tipo de serviço - ao coincidir com as dificuldades financeiras e a elevada taxa de desemprego no Brasil, desencadeou-se, nos anos noventa uma forte corrente migratória de trabalhadores entre ambos os países, pois no Brasil se encontrava a maior reserva de trabalho com as características requeridas.

De início, voltaram ao Japão, japoneses residentes no Exterior e brasileiros *nissei*, falando razoavelmente a língua japonesa e, em geral, desacompanhados de suas famílias. Muitos deles tinham antepassados em Okinawa⁴, que mantinham, no Brasil diferentemente de outras regiões, fortes laços entre si e com seus parentes no Japão, o que se constituía em importante elo para a sua entrada e permanência no Japão.

Atualmente, a maioria dos brasileiros que estão no Japão, além de serem descendentes de japoneses, inclusive mestiços, são homens e mulheres com formação escolar e cultural variada e com graus diversos de experiência profissional e familiaridade diferenciada com a língua e os costumes japoneses. Grande número deles morava em capitais como São Paulo e Curitiba e em cidades do interior paulista e paranaense, com acentuado lastro cultural urbano e experiência profissional em serviços e comércio, prestadores de serviços como mecânicos, eletricitas, cabelereiros, costureiras e outros serviços técnicos; bancários, secretárias, auxiliares de escritórios, chefes administrativos e de serviços de engenharia;

pequenos comerciantes e afins. Contudo, foi significativa a proporção de lavradores, estudantes universitários e profissionais de nível superior recém-formados, desempregados ou com dificuldades no emprego (Kawamura, 1994). Conforme uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos nipo-brasileiros de São Paulo, os brasileiros que foram ao Japão percebiam baixos salários no Brasil; cerca de 60% recebiam de 1 a 5 salários mínimos e 30%, cerca de 5 a 10 (Mori, 1991).

Embora tendo em comum o fato de serem jovens brasileiros descendentes de japoneses e com pouca ou nenhuma experiência como operário de fábrica no Brasil, esses trabalhadores apresentam uma ampla variação quanto à experiência de estudos, de trabalho e de convivência anterior com a cultura japonesa. Por exemplo, o fato de pertencerem a determinada geração de descendentes ou não serem descendentes de japoneses, influi no grau de familiaridade do brasileiro com a cultura japonesa. O *nissei* pela convivência com os pais japoneses teve uma maior influência cultural dos seus ancestrais. Além destes, os que continuaram a manter contato com "comunidades nipo-brasileiras", principalmente em cidades interioranas ou em zonas rurais também mantiveram contatos maiores com a cultura japonesa (Kawamura, 1993; Saito, 1980). Mas mesmo recebendo uma forte influência cultural dos seus antepassados, esses brasileiros aprenderam palavras, costumes e valores do Japão antigo (era Meiji), com sotaques e tradições regionais, conforme a procedência dos pais ou avós, fora de uso no Japão atual.

A presença dos *nikkey* no Japão estende-se, desde as atividades nas pequenas e médias indústrias automobilísticas até aos serviços em pequenos estabelecimentos comerciais, hospitalares e de limpeza,

espalhando-se em diferentes regiões do país, apesar da inicial concentração nas províncias de Gunma, Shizuoka e Aichi. Ao mesmo tempo em que há um processo de irradiação dessa presença pelo país, estabeleceu-se uma rota organizada para o processo migratório de ida e volta contínua de trabalhadores entre o Brasil e o Japão, com os vínculos formais e informais que se instalam entre os *brokers* (“empreiteiras”) japoneses e as agências de turismo e outros órgãos brasileiros (Kitagawa, 1993; Kawamura, 1994), além da rede de relações internacionais estabelecidas pela via do parentesco, vizinhança e amizade. Esse processo internacional, ao possibilitar o deslocamento em termos de “ir e vir” dos trabalhadores e seus familiares, levantam questões culturais e educacionais com características *sui generis*, pela própria especificidade da população trabalhadora *nikkey*.

O Processo Educativo no Trabalho

As possibilidades de o trabalhador obter conhecimentos no processo de trabalho dependem, em grande parte, dos meios tecnológicos e ambientais; da forma de organização do trabalho; da posição ocupada na estrutura ocupacional; do acesso aos meios formais e informais de treinamento; além do interesse, aptidão, inteligência, etc.. Nem sempre a alta sofisticação tecnológica significa maior possibilidade de aquisição de conhecimentos. Por exemplo, o trabalho de acionar, alimentar e acompanhar o processo de produção por robôs, pode limitar-se apenas a desenvolver a atenção e a precisão nos movimentos do trabalhador.

No Japão, tanto o recrutamento e seleção quanto o treinamento do trabalhador nas empresas baseiam-se na perspectiva da *estabilidade* no emprego. O esforço e os recursos a serem dispendidos na

formação do trabalhador são vistos como investimentos em recursos humanos permanentes. O processo de recrutamento mais frequente é aquele através das relações empresa-escola; algumas escolas já encaminham seus egressos de curso ginásial/colegial para as empresas com as quais mantêm vínculos nesse sentido. Há um certo acordo tácito em relação ao fornecimento/recrutamento de estudantes entre a escola e a empresa.

A forma de treinamento mais utilizada pelas empresas consiste no OJT (*On The Job Training*), em que os trabalhadores recebem informações, orientações e, instruções, no exercício do trabalho, no próprio local de trabalho, sob a supervisão de um colega mais antigo (*sempai*).

As grandes indústrias mantêm um sistema formal de treinamento de executivos, técnicos e operários qualificados constituído por escolas técnicas de trabalho⁵. Algumas dessas empresas mantêm inclusive um sistema formal de ensino, de nível colegial, para a formação de futuros candidatos a operários. Além disso, mantêm cursos técnicos específicos, de duração e graus variados, para os trabalhadores, principalmente com potencialidades para *subir* na estrutura de organização do trabalho da empresa.

Na medida em que os brasileiros estão empregados em pequenas e médias empresas subcontratadas pelas grandes que integram o setor periférico da economia japonesa, a grande maioria deles, por estarem na condição de trabalhador temporário, também periférico no mercado de trabalho, não usufruem dos sofisticados recursos de treinamento e formação disponíveis à maioria dos trabalhadores qualificados no Japão.

A grande maioria dos brasileiros, independentemente de sua formação anterior, trabalha como operários em tarefas que não exigem qualificação e que são rejeitados

pelos japoneses, ganhando cerca de 250 a 300 mil yens mensais (as mulheres de 150 a 200 mil yens), salário considerado baixo na escala salarial das empresas para enfrentar o elevado custo de vida do Japão. Nas fábricas exercem tarefas relativas à prensa, perfuração, solda, lixamento e reparo de peças de metais; montagens de peças de metais para veículos, de carburadores, de assentos para carros, estofamentos, etc.; serviços de abastecimento, controle e exame de máquinas na linha de produção; controle de mercadorias; serviços de encaixotamento e de entrega.

Enquanto trabalhadores temporários, exercendo tarefas simples e rotineiras que não exigem qualificação específica, em pequenas e médias empresas subcontratadas pelas grandes empresas do setor automobilístico e eletro-eletrônico quando não estão como ajudantes na construção civil, em serviços de limpeza, em serviços de restaurantes, em serviços auxiliares de hospital onde não está presente a alta e sofisticada tecnologia, as oportunidades de brasileiros adquirirem conhecimentos são bastante limitadas. Estas estão restritas ao âmbito do local imediato do trabalho, uma vez que, como mencionamos antes, aprendem o serviço durante sua execução, no método OJT (*On The Job Training*).

Uma vez que a maioria das empresas no Japão adota o sistema de trabalho em equipes, grupos ou células, onde cada trabalhador aprende e realiza o rodízio, o conjunto das tarefas do grupo, o trabalhador brasileiro tem a oportunidade de aprender sistematicamente as técnicas mesmo que simplificadas, os objetivos, os princípios e as regras desse tipo de organização do trabalho. Assim, além de aprender a manusear instrumentos, equipamentos e materiais específicos para a produção de determinada peça ou componente, os trabalhadores são

compelidos a se adaptarem a esse sistema de trabalho em equipe incorporando também os valores, comportamentos e atitudes condizentes com essa organização.

O trabalho em equipe requer do trabalhador o desenvolvimento da capacidade de coadunar seu ritmo de trabalho, seus interesses imediatos e sua parcela de tarefas, com os de seus colegas, além de desenvolver atitudes de colaboração, tais como, estar disponível para executar tarefas de colegas em casos de necessidade. No conjunto, consiste em adquirir a capacidade de pensar e agir com flexibilidade perante o conjunto das atividades programadas no grupo de trabalho, com vistas a atingir a produção prevista pelas instâncias superiores da empresa. Isso pressupõe um determinado ritmo, uma determinada precisão e qualidade na execução das tarefas, o que significa desenvolver uma capacidade de *atenção, destreza e rapidez* com flexibilidade suficiente para cada um trabalhar em consonância com os demais.

Em geral, os trabalhadores em funções que não exigem qualificação não são encaminhados para treinamento técnico dentro ou fora da empresa. Além disso, há o pressuposto de que os frutos dos investimentos em trabalhadores *temporários* em escalões inferiores do processo de trabalho não permanecem na empresa. Desse modo, a qualificação extra da maioria dos brasileiros, dentro da empresa, passa a ser um item de sua exclusiva responsabilidade e de acordo com o seu interesse particular. Diferentemente da prática dos trabalhadores japoneses, que costumam não "sair da regra", sob nenhum pretexto, os brasileiros, expressando um comportamento cultural brasileiro, procuram "dar um jeitinho" para resolver inclusive algum problema técnico no exercício das tarefas, atitude normalmente criticada pelos colegas e superiores

das empresas japonesas. No entanto, a reflexão, por mais simples que seja, sobre uma nova maneira de executar uma tarefa ou de dispor os instrumentos de trabalho pode constituir-se na absorção de um aspecto crítico do processo de trabalho adotado pelo trabalhador brasileiro. Em geral, a visão crítica tende a se limitar ao quadro da organização administrativa, ao processo de trabalho, às normas e aos padrões culturais da empresa japonesa. Esta capacidade está vinculada à formação anterior do trabalhador brasileiro, adquirida no Brasil.

Somente uma reduzida parcela de trabalhadores brasileiros tem acesso aos conhecimentos técnicos adquiridos em cursos das grandes empresas, principalmente considerando-se que essa mão-de-obra ainda não está empregada pelas empresas de grande porte, senão como estagiários das filiais de empresas japonesas no Brasil, em suas matrizes, por um prazo determinado.

Para uma pequena parcela de brasileiros que ocupam funções de líder de equipe de trabalho, ou que passaram de trabalhador temporário para a condição de funcionário permanente ou para os que conseguiram algum cargo de chefia ou cargo técnico, abrem-se algumas oportunidades de participarem formalmente em cursos de treinamento, em programas de orientação técnica, em CCQ (Círculo de Controle de Qualidade), em visitas para aprendizado técnico, etc..., onde conseguem obter informações técnicas, participar da discussão dos problemas e suas soluções, além de receber uma carta sobre a ética da empresa para nortear suas atitudes e comportamentos.

Uma outra forma de obtenção de conhecimentos através do trabalho apresenta-se aos brasileiros que, conhecendo tanto a língua portuguesa quanto a japonesa, estão trabalhando em escritórios de firmas de

recursos humanos, denominadas "*brokers*" ("empreiteiras", pelos brasileiros) e que são contratadas por pequenas e médias fábricas para auxiliar ou responsabilizar-se pelos serviços de administração de pessoal de determinados departamentos de produção. Nesse tipo de trabalho, os brasileiros podem conhecer, de um lado, os métodos e critérios de recrutamento, seleção e emprego dos brasileiros; aspectos da visão empresarial sobre os trabalhadores estrangeiros; e, de outro, muitos dos problemas da vida cotidiana do trabalho e da vivência dos brasileiros. Além disso, há a necessidade de conhecerem a documentação necessária para o trabalho e a residência no Japão e os processos burocráticos de sua obtenção junto aos órgãos governamentais japoneses. Na prática, os que trabalham em *brokers* ficam entre os interesses dos empregadores e dos empregados, exercendo, muitas vezes, o papel de amortecedores de conflitos, dependendo da forma como exercem as atividades de *comunicação* entre os trabalhadores, as empreiteiras e as indústrias; de *orientação* e *informação* aos trabalhadores e às empreiteiras.

Há ainda estudantes que fazem *arubaito* ("bico"), em atividades de intérpretes, de ensino da língua portuguesa para japoneses, reportagens para jornais em língua portuguesa, etc., editados no país. Alguns outros brasileiros exercem funções de "assessoria" junto às escolas públicas ou prefeituras para auxiliar fundamentalmente na comunicação entre as crianças e as escolas ou entre os pais e as escolas. Nesse processo, podem adquirir conhecimentos sobre as experiências, métodos e práticas de algumas escolas primárias e secundárias em relação às crianças estrangeiras.

Finalmente, alguns brasileiros estão trabalhando em jornais de língua portuguesa e como professores de língua portuguesa

em cursos promovidos por entidades governamentais, centros comunitários e até mesmo em Universidades onde há cursos relacionados com a língua e a cultura brasileira. Nestes casos, cada qual em seu campo, tem muitas oportunidades de adquirir conhecimentos especializados, tendo oportunidades de participar de debates, encontros e congressos.

Alguns brasileiros que chegaram há mais tempo conseguiram, após alguns anos como operários de fábrica, estabelecerem-se como proprietários (sob o aval de um proprietário japonês) de restaurantes, mercearias, lojas de produtos e objetos brasileiros, lojas de roupas, lojas de vendas de carros usados, videolocadoras, bares, cabeleireiras, etc.. Nesses casos, são variadas as oportunidades de aquisição de conhecimentos sobre o funcionamento, os trâmites burocráticos e os fornecedores do setor comercial no Japão.

Podemos observar, nesses casos mencionados, que os brasileiros com mais familiaridade com a língua, os costumes e valores japoneses são os que conseguem comunicar-se melhor com os colegas e chefes de trabalho, podendo com isso, ocupar posições consideradas mais privilegiadas no trabalho. Principalmente se consideramos a necessidade de funções de comunicação entre a empresa e os brasileiros e vice-versa, como apontamos antes, principalmente porque as empresas ainda não contam com japoneses que conheçam a língua portuguesa e a cultura brasileira. Podemos encontrar alguns professores em cursos relacionados com estudos sobre o Brasil e Portugal em algumas universidades japonesas que se especializaram nessa área ou alguns poucos diplomados desses cursos que passaram a se dedicar a atividades em órgãos públicos, associações de apoio aos estrangeiros ou centros comunitários.

De modo geral, no âmbito do trabalho, há uma busca no sentido da adaptação dos trabalhadores brasileiros, tanto da parte destes quanto da parte empresarial, evidentemente dentro dos limites da natureza do trabalho. Os treinamentos e as atividades de orientação dos trabalhadores estrangeiros realizados pelos *brokers*, chefes ou colegas operários japoneses, buscam incutir neles os princípios, as normas, regras e os costumes adotados na empresa. Por sua vez, os trabalhadores brasileiros procuram adaptar-se ao serviço, utilizando-se também dos conhecimentos, da vivência e dos aspectos culturais afins anteriormente adquiridos no Brasil. Mesmo assim surgem situações conflituosas decorrentes das diferenças culturais.

Na cultura empresarial japonesa, a vida social dos indivíduos está centrada no trabalho, predominando a concepção da empresa como uma grande família (*ie*). A idéia de pertencimento à empresa (família) abrange desde as qualidades técnicas e intelectuais até às características emocionais do trabalhador. Nesse sentido, destaca-se a lealdade à empresa (família), que significa colocar em primeiro plano os interesses da organização em detrimento até dos seus interesses individuais (Nakane, 1992). Essa visão não é compartilhada, como no caso dos trabalhadores japoneses, pela maioria dos brasileiros, que vivem sob uma cultura do trabalho individualista, especialmente na organização fordista, ainda com acentuada presença na economia brasileira. O individualismo acentuado tem marcado a competição não só com os trabalhadores japoneses, mas também com os próprios brasileiros. Um exemplo de desavença entre os japoneses e os brasileiros no trabalho é a elevada rotatividade no emprego em oposição à estabilidade da maioria dos trabalhadores japoneses. Tais situações conflituosas abrem possibilidades

para reflexões e um posicionamento sobre essas diferenças, tanto da parte dos trabalhadores brasileiros, como também dos japoneses.

O Processo Educativo na Vida Cotidiana

Moradia e Vizinhança

A vivência dos brasileiros está definida em grande parte pelas condições de trabalho, uma vez que sua presença no Japão tem como objetivo principal o trabalho. O mundo do trabalho passa a ser o *locus* privilegiado de vivência de referência para os brasileiros.

No entanto, a mudança espacial para um país estrangeiro (migração internacional) requer a inserção dos trabalhadores em outros setores da vida social para suprir suas necessidades de moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, etc.. Apesar da significativa presença de objetos, instalações, usos e costumes internacionalmente conhecidos e utilizados, como manifestações da "desterritorização da cultura" (Ortiz, 1994), o Japão ainda comporta um vasto arsenal da cultura específica no cotidiano japonês. A vivência se fez acompanhar de adaptações, conflitos e outras situações que levam os brasileiros a buscar estratégias de sobrevivência individuais ou coletivas como formas de integração, ou defesa de seus direitos trabalhistas, sociais e culturais. Assim no espaço da vida fora do mundo do trabalho os trabalhadores podem adquirir conhecimentos de outros aspectos da vivência sócio-cultural, tanto mais ricos quanto mais complexa a experiência.

Embora esteja ocorrendo um processo de interiorização, os brasileiros concentram-se espacialmente em três regiões: Aichi, com destaque da cidade de Toyota, região central do país; Gunma; principalmente nas

cidades de Oizumi e Ota, na vizinhança de Tóquio; e Shizuoka, com destaque da cidade de Hamamatsu, entre Tóquio e a região de Aichi. Nestas regiões apontadas existem mais claramente sinais da vivência coletiva de brasileiros, especialmente na cidade de Oizumi, onde a presença desses trabalhadores vem desde o final dos anos oitenta. Nos anos noventa, também passou a se destacar na cidade de Toyota, no bairro de Homi (Homi-cho), o conjunto residencial de trabalhadores (*Homidante*), ligado à Prefeitura local, em que os brasileiros, constituíam cerca de 8% dos moradores.

Em vista da situação temporária do trabalho de estrangeiros e da posição nos estratos inferiores da hierarquia social, os brasileiros têm encontrado dificuldades em alugar moradias por conta própria. Os proprietários de imóveis demonstram insegurança em alugar casas ou apartamentos a estrangeiros, exigindo deles um fiador japonês. Mesmo para os japoneses a questão da moradia tem sido problemático, pela elevada densidade demográfica e pelo alto custo da habitação.

A generalizada dificuldade com moradias, especialmente nas grandes cidades, tem levado muitas empresas a administrarem esse aspecto da vivência dos seus funcionários numa perspectiva não só do bem-estar, mas principalmente do controle da vida privada do trabalhador, em vista da estreita relação que se estabelece o trabalho e a vida familiar.

De modo geral, os brasileiros logo que chegam ao Japão são encaminhados para morar em alojamentos (*ryoo*) ou apartamentos mantidos pelas fábricas ou pelas "empresiteiras". Os quartos, móveis e utensílios são cobrados do trabalhador, que se utiliza de banheiro, sanitário e cozinha coletivos. De início, são colocados juntos trabalhadores que nunca se viram antes e são

separados membros de uma mesma família, de acordo com os interesses do serviço. Alguns brasileiros conseguem alugar, através de um fiador japonês, pequenas casas ou apartamentos, na periferia da cidade. Na cidade de Toyota, por exemplo, quase a metade mora em casas ou apartamentos alugados *brokers* ("empreiteiras"); 30%, em alojamento (*ryoo*) das fábricas. Apenas 18% alugam moradias por conta própria, com o aval de fiadores japoneses⁶.

Nos alojamentos e outras moradias coletivas, os brasileiros têm que se sujeitar a regulamentos definidos pelas empreiteiras ou fábricas, de acordo com os que já são seguidos pelos moradores japoneses dos bairros. Assim, desde que entraram na moradia, aquelas empresas fazem *preleções* sobre o sistema de reciclagem do lixo e os deveres dos moradores a respeito; sobre a manutenção adequada dos móveis e utensílios da moradia; sobre o uso de aparelhos elétricos; sobre o costume de se manter em silêncio, horários de entrada na moradia, etc.. Por exemplo, os moradores devem "jogar" o lixo, após uma reciclagem prévia, em dias e locais preestabelecidos pela Prefeitura. Em geral, as indicações estão escritas em língua japonesa, o que dificulta o entendimento dos moradores brasileiros. Atualmente algumas prefeituras, onde se encontra um grande número de brasileiros, fazem as indicações em língua portuguesa, com o objetivo de neles incutir rapidamente o sistema da coletiva de lixo.

Para os brasileiros, as condições de moradia são bastante diferentes das que estavam habituados no Brasil: desde o espaço muito reduzido, as paredes finas, a distribuição dos cômodos, a localização e o padrão da *toilet* e da cozinha, a ausência de camas (substituídas por acolchoados próprios para dormir), a fragilidade das

paredes, portas, janelas e móveis até o sistema de vivência perante a vizinhança.

Adaptar-se tanto ao sistema de organização da vivência quanto às condições físicas da moradia, torna-se um longo e até penoso aprendizado para o trabalhador brasileiro. Muitos dos costumes e regras não condizem com a sua vivência anterior e uma mudança brusca pode constituir-se, a seu ver num processo de mutilação de muitos aspectos positivos de seu comportamento no Brasil. Por exemplo, não poder ouvir música em alto som, não poder falar ou rir alto, não poder reunir-se com os amigos e colegas na casa ou em grupos perto dela, pode dar-lhe a impressão de um autocontrole da expressão de seus sentimentos de alegria, tristeza, dor, raiva, etc..⁷ Contudo, também aprendem a usufruir e incorporar novos comportamentos decorrentes de situações positivas da vivência cotidiana, tais como os baixos índices de roubos e assaltos. Além da fragilidade das casas, muitos japoneses costumam deixar suas portas sem fechar a chave, seus carros abertos e funcionando nas ruas, suas bicicletas e brinquedos das crianças em locais expostos; mulheres e crianças andam pelas ruas despreocupadas com assaltos, roubos ou molestações. Outro ponto positivo na vivência cotidiana consiste na segurança no trânsito, em vista da efetiva e generalizada educação a respeito, além da penosa sanção aos infratores, principalmente aos motoristas.

A vida regrada, a discrição e o usual afastamento do que foge aos padrões estabelecidos presentes na conduta das famílias japonesas tem-se expressado nas relações impessoais, restritas aos cumprimentos formais, entre japoneses e brasileiros vizinhos. Embora não se caracterizem conflitos, manifestam-se situações hostis nas práticas de vizinhos, como, a chamada de policiais, sob pretextos de algazaras, incômodos, etc.

de brasileiros nas moradias ou adjacências decorrentes do extravazamento de comportamentos considerados comuns no Brasil.

No caso de famílias com crianças, há maiores chances de entrosamento com os vizinhos japoneses, pois a própria escola induz ao relacionamento. As crianças diariamente vão à escola em grupo; com a aproximação das crianças pode haver um relacionamento entre os pais, com pretextos ligados a educação dos filhos. No caso das mães japonesas, há um esforço de relacionamento para que as mães brasileiras encaminhem e orientem seus filhos conforme os mesmos padrões exigidos para os japoneses: uniforme, lanche, material escolar, horário, disciplina e obediência aos regulamentos das escolas. Para as mães japonesas é fundamental que não ocorram distúrbios de natureza estranha no processo educativo escolar. Dessa forma, as mães brasileiras são orientadas para aprender alguns costumes, atitudes e aspectos da disciplina escolar do Japão para conformar os costumes, comportamentos e atitudes de seus filhos de acordo com os padrões exigidos pela escola.

De modo geral, na perspectiva dos brasileiros, o seu distanciamento em relação aos japoneses, se deve a vários motivos: não conseguir comunicar-se na língua japonesa, não concordar ou desconhecer os costumes japoneses, por situações conflituosas no trabalho, por se sentirem discriminados pelos colegas japoneses, dentre outros. A partir dessas situações vividas sistematicamente, os brasileiros podem aprender sobre variados aspectos dos costumes da vida cotidiana no Japão atual; podem desenvolver uma visão crítica do seu relacionamento com os japoneses; observar algumas semelhanças e diferenças dos costumes de ambas as culturas, desenvolver estratégias de sobrevivência, etc..

Lazer e Cultura

A maioria dos brasileiros afirma estar, no Japão a fim de "juntar dinheiro" para posterior utilização no Brasil, visando a melhoria das suas condições de vida. Esse propósito aliado ao reduzido tempo disponível e ao elevado custo de vida no Japão, em especial quanto às viagens, reduz as possibilidades de lazer e investimentos em recursos culturais.

Quando havia uma grande proporção de horas extras, a jornada de trabalho se estendia no período noturno e aos sábados, restando os domingos e feriados para eventuais atividades culturais e recreativas, quando não reservados para compras e trabalhos domésticos.

As alternativas de lazer buscadas pelos brasileiros constituem-se em visitas a áreas públicas (parques, zoológicos, museus, etc.). As várias associações comunitárias com bibliotecas, exposições, artes, etc., não são acessíveis à maioria dos trabalhadores, pelas dificuldades de comunicação e entendimento, decorrentes do insuficiente conhecimento da língua japonesa, uma vez que na sua maioria, os locais apresentam suas informações escritas ou orais em língua japonesa, com exceção dos locais turísticos conhecidos.

Não só pelas possibilidades de comunicar-se ou ascender no emprego, mas também para facilitar sua vivência cotidiana, um grande número de brasileiros (inclusive não descendentes de japoneses) frequentam cursos de língua japonesa, especialmente orientados para estrangeiros. Tais cursos são organizados por associações civis como a "Nagoya International Center", a "Toyota International Center", centros comunitários de bairros, prefeituras, escolas particulares de línguas, associações de apoio aos trabalhadores estrangeiros, etc.. Além

dos cursos de língua, nesses locais, ocorrem eventos voltados para os estrangeiros, em particular aos brasileiros, constituindo-se em um espaço privilegiado para encontros mais permanentes de brasileiros além do local de trabalho⁸.

Muitos dos brasileiros mantêm relacionamentos de amizade com outros brasileiros, quando saem em grupos de jovens para restaurantes, bares, bailes, etc., nos fins de semana, ou quando participam de times de futebol ou realizam algum evento festivo próprio da cultura brasileira, como o carnaval e baile, ou mesmo participam de festividades japonesas como *matsuri*, *obon-odori*, etc. Nesses casos, ao expressar acriticamente seus comportamentos e atitudes, na medida em que estes "chocam" valores japoneses, surgem manifestações de conflito com a vizinhança e a comunidade local.

Os impactos de alguns costumes brasileiros sobre os japoneses, como por exemplo o namoro em público: voz elevada para chamar ou falar com outrem; conversas em grupo na frente das moradias em voz alta, etc., permitem aos brasileiros conscientizarem-se dos aspectos culturais diferentes e, até mesmo conflitantes, entre ambas as culturas.

Por outro lado, alguns mantêm relacionamento com colegas de trabalho japoneses: saem para o *patchinko* (jogo eletrônico de apostas), para bares em estilo japonês, para restaurantes, etc.. Estes já estão mais familiarizados com a língua e os costumes japoneses, não sentindo o problema da mudança brusca. Nesses casos, ocorre, facilmente a integração dos trabalhadores brasileiros na vida cotidiana japonesa.

De modo geral, a administração dos serviços públicos e associações civis, em bairros, cidades, e regiões com elevada proporção de estrangeiros, busca implantar medidas para a rápida integração dos mora-

dores imigrantes nos costumes, comportamentos e valores japoneses, especialmente no caso dos *nikkey*, por sua ascendência japonesa. Os esforços dos órgãos públicos e associações japonesas buscam, assim, desenvolver medidas para a integração dos brasileiros à cultura cotidiana japonesa. Nesse processo pode ocorrer a apreensão sistemática de aspectos da cultura nipônica, muitas vezes imperceptíveis na simples vivência.

A Educação das Crianças Brasileiras no Japão

Diferentemente do início do processo migratório, quando os brasileiros vinham desacompanhados, observa-se hoje um grande número de famílias brasileiras no Japão, muitas delas com crianças. Estas últimas encontram-se circunstancial e compulsoriamente em um país estrangeiro, como acompanhantes de pais a trabalho no Exterior, para enfrentar os desafios de uma vivência cultural diferente.

Antes dos sete anos de idade, as crianças ficam em creches durante um determinado período do dia, pois seus pais estão no trabalho. A maior flexibilidade das crianças de tenra idade para a socialização e o fato de a creche construir-se num local de lazer e cuidados pessoais, sob a supervisão de adultos, têm facilitado o seu processo de integração. Nas creches, o contato cotidiano com a fala e os costumes japoneses, tem possibilitado às crianças de tenra idade um rápido aprendizado da língua japonesa, de alguns costumes e algumas regras da vida escolar. Cabe à criança, nesta fase, submeter-se à socialização conforme os valores e costumes japoneses realizada apenas no espaço escolar em determinado período diário, não tendo a responsabilidade de efetuar tarefas em casa.

As crianças em idade escolar, a partir dos sete anos, são matriculadas em escolas públicas mantidas pelas prefeituras. Em 1987, 99% das escolas primárias e 94% das escolas secundárias eram de responsabilidade das prefeituras locais. Mesmo o curso colegial mantido pelas prefeituras compreende 76% do total (Ishizaka, 1982). Como há efetivamente a obrigatoriedade da educação básica no período de nove anos e a visão do direito à educação, as escolas japonesas facilmente aceitam as matrículas de crianças em idade escolar residentes nos respectivos bairros.

O atual sistema educacional estabeleceu-se após a II Guerra, tendo como modelo o sistema educacional norte-americano. Compreende nove anos de educação compulsória: seis anos de educação básica e três anos de educação secundária. A partir do curso colegial não há obrigatoriedade; o colegial tem a duração de três e o superior de quatro anos. Aproximadamente 100% das crianças japonesas estão matriculadas na educação obrigatória; no curso colegial estão cerca de 94% e no superior 36% (Ishizaka, 1982).

Difícilmente as crianças são reprovadas, pois o sistema segue rigidamente o critério de idade para a matrícula nas diferentes séries. Para os que não conseguem acompanhar a série satisfatoriamente, os professores fazem um trabalho de recuperação durante as férias escolares.

Embora as crianças estrangeiras estejam isentas da obrigatoriedade da frequência à escola, quase toda as crianças brasileiras estão matriculadas nas escolas. A maioria frequenta as escolas primárias, sendo poucas as que estão no curso ginásial e em proporção ínfima os jovens que frequentam o curso colegial, pois estes geralmente retornam ao Brasil para continuar seus estudos

ou permanecem no Japão apenas para trabalhar.

Em vista de constituir-se em fenômeno recente, a presença de crianças brasileiras em escolas japonesas não desencadeou ainda uma efetiva instalação de recursos, métodos e pessoal especializado para atender a essa demanda. No curso primário e ginásial, as crianças brasileiras estudam em classes regulares, recebendo as mesmas aulas que as crianças japonesas, exceto reduzido número de escolas escolhidas para alguns ensaios inovadores. De modo geral, as crianças ficam horas e horas assistindo aulas em uma língua desconhecida e sobre um conteúdo ainda mais desconhecido, com métodos de ensino bastante diferentes daqueles a que estavam acostumadas. Raras são as escolas que contam com indicações de locais e avisos em língua portuguesa. Em geral as regras e os costumes nas escolas, como avisos e cobranças, são feitas em língua japonesa, desconhecida para a maioria das crianças brasileiras recém-chegadas ao Japão. Somente após algum tempo, no mínimo seis meses, as crianças brasileiras conseguem entender um pouco da língua e dos costumes adotados. Da mesma forma, a cobrança dos deveres escolares aos alunos estrangeiros, com algumas adaptações, segue os parâmetros adotados para o conjunto dos japoneses.

Nas escolas, as crianças brasileiras dependem do esforço individual do professor responsável de classe, que, muitas vezes, se desdobra em esforço para atender as necessidades específicas das crianças estrangeiras. No entanto, suas limitações quanto à língua e ao conhecimento dos aspectos culturais do país de origem das crianças - principalmente por terem que dar conta do programa educacional da classe sob sua responsabilidade - têm dificultado seu trabalho solitário. Alguns até procuram aprender

a língua portuguesa ou buscar particularmente o auxílio de intérpretes.

Nos casos em que há uma grande presença de estrangeiros, a escola expressa uma preocupação com a integração desses alunos, oferecendo serviços especiais, tais como, classes especiais de ensino da língua japonesa, de brincadeiras japonesas; indicações, em língua portuguesa, dos setores (diretoria, sala de professores, sala de reunião, ambulatório médico, etc.) e horas-aula sobressalentes. Algumas escolas mantêm ainda aulas especiais de língua portuguesa e conversação sobre temas livres, com a participação de brasileiras como professoras (muitas delas não são profissionais da educação), contratadas pelas prefeituras locais ou em trabalho voluntário, o que mostra soluções emergenciais e provisórias. Essas professoras são contratadas pelas prefeituras locais para atender uma rede de escolas e um leque de atividades relativas à integração dos alunos brasileiros na escola.

A presença destas professoras, além de facilitar a comunicação entre as crianças e os professores e os demais membros da escola, entre os pais brasileiros e a escola, tem colocado a direção e os professores a par dos problemas das crianças e dos pais em relação à escola. A maior parte das atividades dessas professoras tem sido a de "intérprete" entre as crianças, os pais e a escola. Em casos de problemas, tanto as crianças quanto os pais têm a possibilidade de recorrer às professoras brasileiras para esclarecimentos, reclamações, sugestões e intermediação nos contatos com a escola. Apesar desse esforço, as crianças e pais nem sempre podem contar com a sistemática colaboração destas professoras, as quais não se encontram presentes em tempo integral nas escolas. Assim, eles têm que adiar a solução dos problemas, muitas vezes, inadiáveis e, portanto, para serem resolvidos

pelas próprias crianças. Praticamente muitos dos professores brasileiros estão situados numa posição intermediária como "amortecedores" dos problemas relativos às crianças brasileiras nas escolas.

O contato sistemático e obrigatório das crianças com um currículo voltado para a formação de cidadãos japoneses, enfatizando os conhecimentos, a disciplina e a ética da sociedade japonesa, traz dificuldades para os alunos brasileiros tanto na aquisição dos conhecimentos quanto na dos valores e costumes japoneses. Muitas das dificuldades se expressam na não adequação dos métodos de ensino utilizados para as crianças japonesas aos alunos estrangeiros e no confronto entre vários aspectos culturais já aprendidos anteriormente em escolas brasileiras com os novos a serem adquiridos na escola japonesa. Por outro lado, essa situação pode possibilitar o aprendizado de novos padrões culturais, a reorientação ou o reforço de seus valores e costumes e o conhecimento de novos conteúdos, mesmo que precariamente, que poderão auxiliar no seu desenvolvimento posterior.

O currículo no curso primário compreende as disciplinas básicas (matemática, língua japonesa, ciências, estudos sociais, educação física, artes e músicas), além dos "clubes", nos quais as crianças desenvolvem diferentes atividades esportivas, culturais e artísticas, no decorrer da semana após as aulas, inclusive aos sábados.

As crianças nas séries iniciais do curso primário, mesmo sem saber a língua, têm conseguido assimilar rapidamente algum conhecimento de matemática, educação física, música, artes e educação doméstica, por serem disciplinas que não exigem conhecimentos precisos de linguagem. No entanto, apresentam dificuldades em língua japonesa, estudos sociais (história e geografia) e ciências. Já nas séries finais, as

crianças brasileiras têm encontrado maiores dificuldades em quase todas as disciplinas básicas como matemática (onde passam a estudar geometria), língua japonesa, estudos sociais e ciências, pela sua maior complexidade. Tanto a linguagem quanto o conteúdo tornam-se mais difíceis, mesmo conhecendo a língua japonesa ou frequentando aulas especiais mantidas por algumas escolas para o aprendizado da leitura, escrita, conversação em língua japonesa e ética escolar. Estas aulas especiais são independentes das demais disciplinas, com exceção do ensino das regras disciplinares, válidas para todos os alunos. No entanto essas crianças encontram facilidades em acompanhar as disciplinas de educação física, música, artes e educação doméstica, com ressalvas para algumas atividades físicas consideradas estafantes ou difíceis pelos alunos brasileiros.

Outra dificuldade tem sido a adaptação com a alimentação. Na escola elementar os alunos almoçam na escola, pois têm aulas o dia inteiro. Embora os japoneses tenham incluído em suas refeições, uma variedade de pratos da comida ocidental, de preferência a americana, principalmente quando frequentam restaurantes, a maior parte da refeição escolar compõe-se de pratos japoneses, estranhos ao paladar da maioria das crianças brasileiras. A adaptação torna-se mais difícil pelo fato de quase todas as famílias brasileiras adotarem a comida brasileira.

De início, as crianças brasileiras preferem ficar com outros alunos brasileiros, por dificuldades na língua, nos costumes e pelo distanciamento que sentem nas crianças japonesas. No entanto, pouco a pouco, elas passam a se relacionar com os colegas japoneses, os quais têm-se tornado, para alguns deles, os melhores companheiros. Isso é favorecido pelo sistema adotado nas escolas

japonesas de as crianças do mesmo bairro irem à escola e voltarem para casa, em grupos. Cada grupo tem um líder que se responsabiliza por ele e comunica à escola qualquer problema a respeito. Essa consiste numa das estratégias indiretas de controle dos alunos pela escola. Contudo, grande parte das crianças brasileiras, principalmente as de séries mais adiantadas, afirmam sentir discriminação de alunos brasileiros pelos colegas japoneses, expressos na forma agressiva ou despreziva de estes se relacionarem com aqueles; na não inclusão dos brasileiros em brincadeiras e outras organizadas pelas crianças; nas manifestações de desconfiança, etc.. De outro lado, também os alunos brasileiros ficam em grupo de crianças brasileiras falando em língua portuguesa, fazendo brincadeiras entre si, tendo comportamentos e atitudes desconhecidas e até mesmo indesejadas pelas crianças japonesas. No entanto, há situações em que tanto os alunos brasileiros quanto os japoneses incorporam algum aspecto peculiar da língua e dos costumes de cada parte. Inclusive, algumas escolas, embora esporadicamente, incluem, em suas festividades, alguma dança, fala ou atividade típica brasileira, possibilitando uma troca de aspectos culturais, mesmo que de modo precário.

Os alunos brasileiros do curso ginásial, encontram maiores dificuldades do que os do curso primário, pelas exigências de conhecimentos mais elevados da língua e dos conteúdos mais complexos das diferentes disciplinas. Assim, se conseguem acompanhar sem problemas as aulas de educação física, música, artes, educação doméstica, artes industriais e língua inglesa, a maioria não consegue entender nem a linguagem do professor, nem o conteúdo das disciplinas de estudos sociais, ciências e língua japonesa. Quanto à matemática, disciplina já

bastante complexa no nível ginasial, as dificuldades estão nos termos técnicos utilizados pelos professores durante a explicação em aula.

Outro aspecto importante na adaptação das crianças refere-se ao sistema organizacional e disciplinar da escola. O fato de ter que fazer tarefas de limpeza da escola, seja como um item educacional em que se valoriza a postura de "limpar o que se suja" ou "não deixar para outrem limpar o que a própria pessoa suja", seja pelas dificuldades de se contratarem pessoas para realizar a limpeza da escola, destoa com a referência que as crianças brasileiras têm sobre a condição de estudante. Para estas, o estudo significa "trabalho limpo", sem incluir tarefas de limpeza que, para os brasileiros, estão associadas com o trabalho braçal desqualificado, próprio de faxineiras(os) empregadas(os) domésticas(os), cujo serviços ainda são bastante utilizados no Brasil. No entanto, a isenção de qualquer qualificação por não haver necessidade da linguagem para a execução dessas tarefas, os estudantes estrangeiros rapidamente se adaptam ao sistema de limpeza da escola.

Ainda quanto à organização e à disciplina, o rigor de algumas escolas na cobrança dos deveres e do material necessário nas aulas, algumas vezes acompanhada de comportamentos que, ao ver das crianças brasileiras, constituem-se em maltratos físicos, como sanção ao não cumprimento dos deveres escolares, vem assustando os alunos estrangeiros, interferindo na assiduidade à escola. Na visão dos alunos japoneses, tais práticas estão associadas com o interesse do professor quanto à sua educação, o qual é visto como um dos principais responsáveis pela educação da criança. Contudo, os alunos brasileiros sentem-se limitados e expostos a situações de falta dos deveres e de materiais, pelo fato dos pais

não conseguirem ler os avisos da escola, periodicamente enviados às famílias e, assim, não conseguirem tomar as providências necessárias a tempo. Além disso, pelos mesmos motivos e pela falta de tempo, por estarem trabalhando em fábricas, ou mesmo por desconhecimento da matéria, os pais não podem auxiliar nas tarefas escolares de seus filhos, como fazem as mães japonesas, que dispõem de tempo por estarem, em grande parte, fora do mercado de trabalho. Em outros casos, os alunos não levam o material à escola por esquecimento ou até mesmo displicência. Tais práticas repressivas só podem ser vistas sob a concepção de educação escolar no Japão, em que a escola e os seus membros (diretores, professores, funcionários e alunos) integram uma grande família, enquanto "nossa casa", que se expressa ideologicamente como a "instituição responsável pela educação dos futuros cidadãos". Nesse contexto, são válidos aplausos e repreensões como duas faces necessárias ao incentivo e à educação.

O contexto das medidas disciplinares e o propósito de se inculcar atitudes consideradas positivas pela sociedade japonesa, bem como a inclusão de disciplina de formação geral, como música, artes, estudos sociais, educação doméstica e educação física, apontam uma tendência da educação escolar dentro do espírito da educação geral prevista no artigo 1 da Lei Fundamental da Educação (Ishizaka, 1989).

A educação integral, enquanto ensino de conhecimentos fundamentais de linguagem, ciências e artes, com ênfase na inculcação dos valores, como respeito à hierarquia e ao compromisso, disciplina, obediência, esforço, solidariedade grupal e competição, está condizente com a formação provalente requerida pela organização do trabalho no modelo japonês de produção e com a

valorização da integração social dos cidadãos.

Dentro do espírito da formação integral, a escola japonesa busca a integração da família, comunidade e escola, a partir da organização de grupos que participam de diversas atividades da escola, além de visitas periódicas dos professores às moradias e da organização de grupos de crianças para eventos extra-curriculares, como os clubes de esportes, músicas, artes, etc.. Estes clubes funcionam algumas vezes por semana, ou até mesmo diariamente, após o término das aulas, inclusive aos sábados após as aulas regulares e também, às vezes, aos domingos. Algumas vezes ao ano, os alunos participam de gincanas esportivas e artísticas (*undokai e engikai*) onde expressam não só o aprendizado técnico mas principalmente a internalização de comportamentos e valores. Além disso, durante o período de férias, as crianças têm a incumbência de realizarem uma série de tarefas escolares e também tarefas relacionadas com *atitudes e comportamentos*, onde estão destacados os valores antes mencionados.

As crianças brasileiras tiveram no Brasil experiências com um sistema escolar *tecnicista*⁹, onde há uma maior preocupação com a instrução de caráter técnico, do que com a educação geral, principalmente a partir das reformas educacionais dos anos setenta. Por exemplo, as atividades musicais, artísticas e de formação geral foram eliminadas ou reduzidas. A responsabilidade maior pela educação geral e a formação de atitudes, comportamentos e valores fica basicamente sob a responsabilidade da família. Isso não significa que a escola não esteja passando valores, ao contrário, no conteúdo tecnicista está embutida uma orientação valorativa.

Na medida em que essas diferenças dificultam uma rápida integração das crianças brasileiras ao sistema escolar japonês, as

escolas buscam criar alguns mecanismos para solucionar essa questão. Assim, como mencionamos antes, buscam pessoas com formação superior conhecendo as duas línguas, para auxiliar, como vimos na comunicação entre a escola e as crianças estrangeiras; entre a escola e os pais; organizam aulas especiais para estrangeiros com o objetivo de ensinar-lhes o mais rapidamente possível, a língua escrita e falada, as normas e os costumes escolares. Essa preocupação prioriza a visão japonesa da questão, uma vez que os métodos e processos de integração buscam incutir nas crianças estrangeiras o sistema escolar japonês, sem a incorporação sistemática de aspectos da cultura brasileira, muitas vezes, necessárias para um processo sem conflitos ou traumas.

O processo educacional rígido, no sentido da simples integração das crianças estrangeiras ao sistema escolar japonês, especialmente considerando-se que permanecerão no Japão por um determinado tempo, pode criar situações de afastamento desses alunos das respectivas escolas. Algumas crianças brasileiras não estão frequentando escolas, mesmo tendo sido matriculadas. Embora a maioria das crianças das séries iniciais manifeste estar bem integrada, desejando permanecer neste país, as das séries finais e do curso ginásial expressam dificuldades de adaptação, desejando voltar ao país de origem.

De modo geral, a escola japonesa tem tido uma grande influência na educação das crianças brasileiras pelo fato de estas permanecerem a maior parte do tempo na escola; por incutir, através de várias medidas antes mencionadas, os princípios, as regras, os costumes e a disciplina escolares nas crianças; por inserir no currículo atividades musicais, culinárias e afins; por introduzirem os alunos brasileiros em "clubes escolares" e eventos esportivos; e por buscar

envolver os pais no processo educativo dos filhos, chamando-os para reuniões, entrevistas e observações das crianças em classe. Essa forte influência tem-se expressado no comportamento dos alunos brasileiros, especialmente os das séries iniciais, que preferem comunicar-se em língua japonesa, esquecendo inclusive parte da língua portuguesa, além de fazer brincadeiras e ter comportamentos semelhantes aos dos colegas japoneses. Mesmo em casa, há crianças que falam em língua japonesa com os irmãos e amigos. Na proporção em que a maioria dos pais não conhece a língua japonesa, essa mudança vem afetando o relacionamento entre pais e filhos. Tais crianças terão que enfrentar, ao retornar ao Brasil, um processo de readaptação social e escolar, apesar de algumas escolas japonesas contarem com colaboradores brasileiros para o ensino da língua portuguesa às crianças brasileiras e apesar dos esforços de algumas escolas em buscarem novos métodos de ensino às crianças brasileiras, como mostram algumas cartilhas especialmente orientadas para elas. Contudo, mesmo com as dificuldades mencionadas, os aspectos da formação integral da educação japonesa poderão facilitar e enriquecer o seu processo educativo no Brasil, não só pela elevada qualidade do conteúdo, mas principalmente por permitir ao aluno fazer comparações e refletir sobre alternativas diferentes.

As escolas com grande número de crianças brasileiras enfrentam o desafio da heterogeneidade num processo de educação que visa à homogeneização cultural. A presença de crianças com padrões culturais diferentes pode interferir não só no processo escolar dos estrangeiros, mas no das próprias crianças japonesas. Com essa preocupação, observamos na cidade de Toyota, por exemplo, a realização de encontros de professores e autoridades educacionais para

debater a questão da crescente presença de alunos estrangeiros nas escolas primárias e secundárias¹⁰. Além disso, o próprio Ministério da Educação do Japão tem expressado essa mesma preocupação, na medida em que dá apoio técnico e financeiro para iniciativas nesse sentido.

Questões e Perspectivas sobre o Processo Educativo dos Brasileiros no Japão¹¹

Os trabalhadores brasileiros, apesar do *background* diferenciado, com diferentes graus de escolaridade, inclusive de nível superior, são avaliados “por baixo” tendo em vista as funções que a maioria exerce nos escalões inferiores do processo de trabalho japonês e que são rejeitadas pelos japoneses.

Trabalhando em pequenas e médias empresas, onde se realizam partes dos componentes e peças para a indústria automobilística e eletro-eletrônica, com tecnologias não tão avançadas, em tarefas desqualificadas, numa linha de produção em equipe, os brasileiros têm que seguir rigidamente os métodos e técnicas do trabalho preestabelecidos. Quando buscam mudar algo, encontram resistência dos próprios colegas japoneses ou chefes imediatos. Para sugestões de mudanças os trabalhadores têm que seguir a rotina de enviá-las para o setor específico que tem a função de avaliar a pertinência ou não das propostas. Como quase não participam dos grupos de discussão ou CCQs (Círculo de Controle de Qualidade) ou outras formas de participação do trabalhador nas alterações dos métodos e técnicas do trabalho, são raras as oportunidades para os brasileiros participarem de alguma modificação no processo de trabalho. O que a empresa espera deles é o aprendizado eficiente dos métodos e técnicas adotadas para a rápida e correta

execução do trabalho, conforme os objetivos imediatos de produtividade do seu grupo de trabalho.

Nos limites das oportunidades de qualificação no processo de trabalho antes delimitados, há possibilidade do aprendizado, pelo trabalhador brasileiro, da vivência da cultura organizacional da fábrica, cuja compreensão e visão crítica dependerá do seu *background* anterior. Outra possibilidade de aprendizado relaciona-se ao contato sistemático dos brasileiros com os valores, costumes e atitudes dos colegas japoneses; com os relacionamentos entre trabalhadores brasileiros e japoneses; e também com os trabalhadores brasileiros entre si.

O contato cotidiano dos trabalhadores brasileiros com as técnicas e equipamentos de trabalho, mesmo que não tão sofisticadas, com a cultura organizacional da empresa e com aspectos culturais da sociedade japonesa, expressos pelos japoneses no local de trabalho, podem permitir aprender novas concepções sobre o processo ou relações de trabalho e, até mesmo, elaborar estratégias de sobrevivência nesse âmbito. Esses aspectos podem inclusive dar subsídios para um direcionamento dos seus anseios futuros de trabalho no Brasil ou no Japão.

Quanto à vivência na moradia e comunidade, os costumes, comportamento e as atitudes dos jovens brasileiros, na medida em que se chocam com os costumes e valores da vizinhança japonesa, são avaliados como algo "ruim" e que podem trazer problemas de relacionamento com os japoneses. Assim, ou os japoneses passam a se afastar dos brasileiros, para evitar problemas de relacionamento, ou os brasileiros procuram mudar seus comportamentos e costumes, inclusive aprendendo a falar a língua japonesa, para serem aceitos pela vizinhança. Nesse sentido, órgãos governamentais, centros comunitários, associações relacionadas com estrangeiros etc. vêm

buscando criar e implantar medidas que favoreçam esse aprendizado e a consequente integração dos brasileiros, o mais rapidamente possível. No entanto, tais medidas ainda não abrangem os locais de lazer e cultura, os quais estão abertos para a comunidade, mas com toda a orientação em língua japonesa. Assim, para usufruir deles é preciso aprender a linguagem escrita e falada, o que demanda tempo, principalmente para quem ainda não conhece nada. Em geral, o lazer dos brasileiros, bastante limitado, restringe-se aos restaurantes, bailes, festas típicas, shows de cantores, excursões, compreendendo, em sua maioria, atividades organizadas pelos próprios brasileiros. As vezes, estes participam de festas típicas japonesas (*matsuri* e *obon-odori*), onde colaboram com danças, músicas e pratos típicos da culinária brasileira. São ocasiões que expressam uma aceitação dos aspectos culturais de ambas as partes (japonesas e brasileiras) mesmo que em situações especiais.

Por sua vez, as crianças brasileiras enfrentam cotidianamente o desafio de aprender a língua japonesa falada e escrita, os conteúdos das diferentes matérias escolares como matemática, estudos sociais, ciências, artes, música e educação física, com conteúdos específicos da realidade japonesa e numa linguagem para alunos japoneses. Embora contando esporadicamente com a intermediação de professores brasileiros e com aulas especiais para aprendizado da língua, organização e disciplina da escola japonesa, são raros os que conseguem acompanhar eficientemente o curso. Quanto mais elevada a série escolar, menor o rendimento. A escola espera que a criança estrangeira se integre rapidamente ao sistema escolar japonês sem questionamentos.

De acordo com as afirmações oficiais das escolas onde concentram alunos estrangeiros, há uma busca de uma educação

“internacional”, com as medidas de adaptação adotadas nas escolas, o que, na prática, ainda se traduzem em um processo educacional de “niponização” da criança estrangeira.

O processo educativo por que passam os trabalhadores brasileiros, suas famílias e crianças compreende ainda um processo unilateral de submissão aos valores, costumes e normas da sociedade japonesa, nos diversos setores em que se fazem presentes. Essa unilateralidade pressupõe uma prática da dominação social e cultural de minorias presentes numa sociedade tradicionalmente homogênea, que historicamente vem buscando a integração dos seus próprios membros. A dominação cultural pressupõe a rejeição dos caracteres culturais dos grupos minoritários, mesmo com permanência temporária. Pressupõe ainda, a mutilação de valores, costumes, atitudes e comportamentos básicos anteriormente adquiridos pelos grupos minoritários por um longo processo educativo na sociedade de origem. A perspectiva da mudança brusca, sem a devida interiorização e crença nos novos valores, princípios, costumes e comportamentos com um novo padrão de mudança, pode trazer conflitos e traumas nos grupos minoritários, com possibilidades de se desenvolverem novos problemas na sociedade abrangente.

Integrar as minorias respeitando-se seus valores, costumes e suas atitudes, sem a imposição da cultura dominante, não significa a perda da identidade e da hegemonia da sociedade abrangente, mas, pelo contrário, pode significar o enriquecimento cultural e o desenvolvimento de uma hegemonia cultural, na medida em que se obtenha a adesão das minorias persuasiva e não compulsoriamente. Possibilitar a convivência multicultural pode ainda significar a construção de elos culturais com o mundo exterior, facilitando um processo

internacional de entendimento. Já há no Japão instituições governamentais e civis, “com finalidades” político-administrativas, acadêmicas, econômicas e educativas”, para acompanhar e estudar as relações internacionais entre o Japão e particularmente a América Latina (Demange, 1994).

Essa abordagem das relações entre os grupos minoritários e a sociedade abrangente requer uma comunicação contínua e dinâmica (Habermas), entre os setores interessados no Japão e, principalmente entre este país e o Brasil. Na medida em que a presença dos trabalhadores no Japão é temporária, a solução dos problemas decorrentes passa a extrapolar o âmbito do país receptor (Japão) ou do país fornecedor (Brasil) de trabalhadores. Ainda as relações internacionais das migrações de trabalhadores brasileiros vem se realizando a nível econômico, mais especificamente, do mercado de trabalho, predominantemente através de relações individuais e não institucionais e políticas. A participação dos governos ainda se faz nos limites das transações consulares (legalização das saídas e entradas de pessoas ao país) e financeiras (para o envio de rendas dos trabalhadores brasileiros ao Brasil). Enquanto isso, problemas relativos à educação das crianças brasileiras no Exterior, à continuidade da escolarização dos filhos dos trabalhadores que retornam ao país, aos problemas de readaptação de adultos e crianças ao Brasil vão se avolumando. Uma das propostas seria a presença de profissionais da educação para suprir lacunas curriculares, possibilitando assim uma transição menos traumática dos alunos em sua posterior readaptação nas escolas brasileiras. Também há sugestões no sentido do reforço especial para o processo de reintegração escolar das crianças em escolas brasileiras. A concretização dessas possibilidades dependerá do grau de

mobilização da sociedade civil, particularmente interessada na questão, e do entendimento de órgãos governamentais e não-governamentais entre, pelo menos, os dois países.

Notas

1. Este texto baseia-se na pesquisa realizada pela autora no Japão, "Migração Internacional de Trabalhadores: Os brasileiros no Japão", em programa de pós-doutorado junto à Nagoya University - School of Education (abril/1993 a dezembro/1995), com o apoio da FAPESP (abril/1993 a março/1994) e da Tenri University (guest professor, de abril/1994 a dezembro/1995).
2. Jornal "Folha de São Paulo", 28.10.91, p. 2-5.
3. A permissão estendeu-se aos brasileiros não descendentes, desde que fossem cônjuges ou filhos dos descendentes de japoneses.
4. A permissão estendeu-se aos brasileiros não descendentes, desde que fossem cônjuges ou filhos dos descendentes de japoneses.
5. Conforme observação da autora em suas visitas aos cursos técnicos da DENSO, na Província de Aichi e entrevistas com gerentes de Recursos Humanos da Toyota Corporation (1992), na cidade de Toyota.
6. Relatório de Pesquisa elaborado pela Autora: A vivência dos brasileiros na cidade de Toyota, Toyota International Center, Toyota, 1994 (mimeo).
7. Sobre os problemas culturais e sociais ver também: Chigusa, Charles (org.): *A quebra dos mitos*, International Press Corporation, Kanagawa, Japan, 1994.
8. Sobre os recursos sociais e culturais voltados para os trabalhadores estrangeiros na cidade de Toyota, ver Itoh, Ahihito: Serviço de informações públicas aos residentes brasileiros e empreendimentos para o intercâmbio dos residentes japoneses e brasileiros dentro de uma cidade - pesquisa da Toyota, In *Internacionalização no Japão e a América Latina*, Working Paper nº 12, Centro de Estudos de América Latina, Universidade de Nanzan, Nagoya, Japão, Fev., 1994.
9. Consiste numa abordagem sistêmica da educação, com ênfase nos métodos e técnicas, (especialmente na tecnologia educacional) e "a racionalização dos aspectos administrativo e pedagógico", Kuenzer, A. A. pedagogia tecnicistas In G. N. Mello (org), *Escola Nova, Tecnicismo e Educação Compensatória*, Ed. Loyola, S.P., 1986.

10. A autora esteve presente no Congresso de Educação de Crianças Estrangeiras, realizado na Escola Primária de Higashi Homi ("Higashi Homi Shoogaaku") em 10.11.1993, além de participar no Japão de outros eventos sobre o tema.
11. As idéias principais deste capítulo estão em Kawamura, Lili Katsuko: *Integration and Friction of Brazilians in Toyota City*, *Annual Report of Studies in Adult Education*, nº 11, School of Education, Nagoya University, Nagoya, abril, 1995.

Referências Bibliográficas

- Backer, D.; Esmer, Y.; Lenhardt, G. e Meyer J. (1985). Effects of immigrant workers in educational stratification in Germany, *Sociology of Education*, vol. 58.
- Chigusa, C. T. (org.). (1994). *A quebra dos mitos*. Kawagawa (Japan): International Press Corporation.
- Demange, N. J. (1994). *Internacionalização e Pesquisa Social no Japão sobre a América Latina*, In *Internacionalização no Japão e América Latina*, Centros de Estudios de América Latina, Universidade de Nanzan, Nagoya, Japão, fev.
- Demange, N. J. (1995). *Internationalization and Social Research about Latina America in Japan* *Annual Report of Studies in Adult Education*, nº 11, Nagoya, Japan, April.
- Featherstone, M. (org.). (1990). *Global Culture*. London: SAGE Publications.
- Foucault, M. (1984). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- Fujita, E. (1994). *Immigrant workers of Japanese Ancestry and the employment system*. Texto apresentado no "International Seminar on Cross National Labour Migration in Asia and Regional Development Implications for Planning Management of Local Level", UNCRD, Nagoya, Japan, 29/04/94.
- Gruppi, L. (1978). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal.
- Habermas, J. (1989). *El discurso filosófico de la modernidad*. Madrid: Taurus.
- Ianni, O. (1993). *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ishizaka, K. (1989). *School of Education in Japan*. Tokyo (Japan): International Society for Educational Information Inc.

- Itoh, A. (1994). Serviços de informações públicas aos residentes brasileiros e empreendimentos para o intercâmbio dos residentes japoneses e brasileiros dentro de uma cidade - cidade pesquisada Toyota. In *Internacionalização do Japão e a América Latina*, Working Paper nº 12, Centro de Estudios de América Latina, Universidad de Nanzan, Nagoya Japão, fev.
- Kawamura, L. K. (1993). The Historical origin of the Brazilian Workers in Japan (em japonês). *Annual Report of Department of Adult Education and Lifelong Learning*, School of Education, Nagoya University, nº 10, Nagoya, Japan.
- Kawamura, L. K. (1994). Brazilian worker's qualification in the labour process in Japan. *Research in Technical and Technological Education*, School of Education, Nagoya University, nº 9, March, Nagoya, Japan.
- Kawamura, L. K. (1994). Qualificação de trabalhadores brasileiros no processo de trabalho no Japão. *Educação e Sociedade*, Dez.
- Kawamura, L. K. (1995). Integration and Friction of Brazilians in Toyota City (em japonês). *Annual Report of Studies in Adult Education*, nº 11, School of Education, Nagoya University, Nagoya, Japan, April.
- Kitagawa, T. (1993). Relatório de pesquisa sobre os trabalhadores estrangeiros em Hamamatsu (brasileiros e peruanos). Toyo University, Tokyo, Japan, Março, (em japonês).
- Kodama, K. (1994). Beyond Capsulation, Problems of Japanese Brazilian in MIE PREFECTURE. Texto apresentado no "Internacional Seminar on Cross National Labour Migration in Asia and Regional Development: Implications for Planning and management of Local Level". UNCRD, Nagoya, Japan, 29/04/94.
- Kuenzer, A. (1986). A pedagogia tecnicista. In G. N. Mello (org.), *Escola Nova, Tecnicismo e Educação Compensatória*, Ed. Loyola, SP.
- Mori, K. (1992). Transição dos Dekassegui provenientes do Brasil e considerações sobre alguns dos problemas. In M. Nicomiya (org.), *Dekassegui: Estação Liberdade/SBCJ*, SP.
- Nakane, C. (1992). *Japanese Society*. Tokyo (Japan): Charles E. Tuttle Co. Publishers, (1th Edition, 1984).
- Nomoto, H. (1994). Sistematização da educação para os latino-americanos descendentes de japoneses trabalhando no Japão. *Working Paper* nº 13; Centro de Estudios de America Latina, Universidad de Nanzan, Nagoya, Japan.
- Ortiz, R. (1994). *Mundialização e cultura*. S. Paulo: Ed. Brasiliense.
- Saito, H. (org.). (1980). *A presença japonesa no Brasil*. S. Paulo: T. A. Queiroz Ed./USP.
- Shinkai, H. (1995). The present education of migrant workers in Germany (em japonês), *Annual Report of Studies in Adult Education* nº 11, School of Education, Nagoya University, Nagoya, Japan, April.